



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 4

-----Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas onze horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões** -----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal-----

-----Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento em vigor para o ano de 2015 -----

-----DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO -----

-----Proposta de Apoio às Estudantinas-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente - Direito de Preferência para o prédio sito na Estrada do Matadouro, n.º 4-B, em Moura - Requerente: Carlos Manuel Ramos Pinto -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

-----DOC.01/04

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe -----

-----Neste âmbito do documento em apreciação pediu a palavra a vereadora Maria de Fátima Ourives para colocar algumas questões sobre o assunto em apreciação, nomeadamente quando na Divisão de Obras Municipais e Conservação, é feita referência à criação de dois lugares de encarregado operacional, mencionando a alínea 1b) das observações, que remetia para “mobilidade interna”, questionando se seriam dois lugares novos para a categoria, ocupando-se apenas um deles; quanto ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas a vereadora observara a presença de um lugar vago e um lugar novo, deduzindo que fosse apenas um lugar Técnico Superior de Ciências da Comunicação; mais aludiu ter observado no total onze lugares por tempo indeterminado e mais dois. Fazendo menção à fundamentação da proposta em causa a vereadora referiu que o Partido Socialista não conseguiria distinguir, face a estes números, quais estariam espalhados ao longo do mapa de pessoal. -----

-----Seguidamente pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena que relativamente ao ponto nº11 do mapa em questão, no que reportava ao Gabinete Técnico Florestal e aos dois postos de trabalho considerou haver alguma confusão, pelo que passou a explicar que os Gabinetes Técnicos Florestais foram criados através duma transferência de competências para as Câmaras Municipais, pela Lei 20/2009, aquilo que estas garantiriam em termos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de compromissos seria, entre outras, o acompanhamento das políticas do fomento florestal, o acompanhamento e prestação de informações no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta, a promoção de políticas de acção no âmbito do controlo da erradicação de agentes bióticos, no apoio à comissão municipal de defesa da floresta, na recolha e registo de base de dados da rede de defesa da floresta, o apoio técnico na gestão de caminhos rurais, entre muitos outros. No entanto, de acordo com aquilo que seria público o GTF – Gabinete Técnico Florestal, que apoiava Moura era intermunicipal partilhado com Serpa e Barrancos, estando contudo sediado neste último seguramente por protocolo promovido entre as três câmaras municipais, sabendo também que este tem ao seu serviço uma geógrafa, cujo trabalho desenvolvido o vereador Francisco Canudo Sena referiu desconhecer, pelo que solicitava ao Presidente que fosse elucidado do trabalho feito por este gabinete para a Câmara Municipal de Moura. Transmitiu ainda que o GTF se encontrava sujeito a um conjunto de regras, nomeadamente à apresentação de Planos Anuais de Atividade, o que manifestava desconhecer questionando se o referido plano referente ao ano de 2015 teria sido elaborado e apresentado, uma vez que seria em face deste que os apoios ao abrigo desta transferência de competências anuais seriam concedidos para o funcionamento dos mesmos. Ainda no uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena aludiu aquilo que seria de maior destaque, os GTF, tal como a sua designação referia, seriam gabinetes técnicos, pelo que questionava o porquê da inserção destes dois sapadores florestais, uma vez que as funções descritas de acordo com o mapa e com o que seria a tipificação do próprio sapador florestal, acrescentando ainda qual o tipo de enquadramento, e qual a justificação.-----

-----Tomou a palavra a vereadora Maria do Céu Rato para esclarecer as dúvidas levantadas pela vereadora Fátima Ourives: relativamente aos encarregados operacionais confirmou que de facto a previsão seria de mobilidade interna, quanto ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas a alteração que se encontrava para aprovação seria de um lugar, pelo que passariam a existir dois lugares de técnicos ocupados.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Em resposta às questões colocadas pelo vereador Francisco Canudo Sena, o Presidente esclareceu que os sapadores florestais existiam naquilo que seria o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para dar resposta a necessidades objectivas no espaço da Herdade da Contenda, uma vez que, frequentemente as leis se “atropelavam”, aquilo que interessava à Câmara Municipal era dar, do ponto de vista prático, resposta a uma necessidade objetiva e efectiva, daí a criação destes lugares. O Presidente continuou referindo que em relação aos outros elementos que não cabiam no âmbito da presente discussão mas que seriam naturalmente necessários, nomeadamente face àquele que teria sido o trabalho do GTF em relação ao seu plano de actividades, transmitiu solicitar as informações a fim de as apresentar em próxima reunião de Câmara sob forma escrita ao vereador Francisco Canudo Sena. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena solicitou de novo a palavra para aludir que a sua questão não estaria relacionada com a legislação, pelo que a explicação dada pelo Presidente continuava a não esclarecer o facto da inserção de dois postos de trabalho no âmbito do Gabinete Técnico Florestal para funções que não seriam do respectivo gabinete, uma vez que este, não teria essas competências, salientando ainda que, caso assim fosse, e a equipa de sapadores florestais aumentasse de cinco para sete elementos, tal seria para reforço da Herdade da Contenda. Segundo a sua opinião, as equipas técnicas deveriam ter sete e não cinco elementos, voltando a questionar a razão desta inserção. -----

-----O Presidente retorquiu que seria uma questão de consolidação face a uma situação já existente, não implicando esta qualquer tipo de aumento financeiro, uma vez que não passava de cinco para sete trabalhadores, porque estes já existiam ficando a situação exactamente como se encontrava. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2015 E SUBMETER PARA APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PROPOSTA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO EM VIGOR PARA O ANO DE 2015

DOC.02/04

Foi presente para apreciação a 1ª Revisão ao Orçamento em vigor para o ano de 2015.

No âmbito do assunto em discussão pediu a palavra a vereador Francisco Canudo Sena para referir que, a abordagem feita à matéria em causa lhe causava satisfação mas também perplexidade. Satisfação em primeiro lugar pelas coisas mais objectivas e que lhes seriam mais agradáveis de referir, nomeadamente no âmbito das explicações resumidas que o Presidente deu em concreto à proposta da 1ª revisão ao orçamento, destacando, em sua opinião, “coisas interessantes” nomeadamente propostas que o Partido Socialista vira desde o tempo da campanha eleitoral, compromissos que o Partido Socialista teria assumido e que constatava vê-los explanados no documento em apreciação, embora por norma as cópias nunca fossem iguais aos originais, referiu, o que seria preciso era que estas se concretizassem. Mais aludiu três aspectos que considerava importantes: as chamadas medidas de auto protecção e aquilo que o Partido Socialista teria vindo a debater-se para que essas sejam implementadas, colocando objectivamente uma pergunta ao Presidente, concretamente para que edifícios seriam tomadas as referidas medidas de auto protecção; a segunda questão estaria relacionada com a implementação do skatepark e a sua capacidade de mobilidade, porque ao referi-lo, seria no pressuposto de que tendo em atenção a localização um pouco “atrevida”, zona norte do Campo Maria Vitória, aludindo não ter em sua opinião nada contra, questionando no entanto qual seria o destino a dar à restante área, mostrando ainda agrado pela instalação do posto de turismo móvel no paredão da barragem de Alqueva principalmente durante os fins-de-semana e feriados o que seria uma excelente iniciativa pela qual congratulava a Câmara Municipal. Continuou o vereador referindo desta vez a perplexidade face a algumas contradições, nomeadamente com uma carta enviada aos eleitos e a algumas instituições em que justificava aquilo que havia sido a

51



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

reprovação do orçamento em sede de Assembleia Municipal, referenciando algumas questões como o Festival do Peixe do Rio, a Homenagem ao Maestro José Coelho, a atribuição de Prémios Empresariais que, segundo este, não se poderiam concretizar por não fruírem cobertura no orçamento em vigor, aludindo, ter o Presidente encontrado uma saída para a resolução deste impedimento, daí o contraditório, sendo possível inserir estas atividades na primeira revisão. -----

-----O Presidente no uso da palavra mencionou não existir qualquer novidade, porque as referidas ideias e propostas já se encontrariam nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, contudo, ao haver uma reprovação desse documento, faria todo o sentido que a Câmara fizesse uma escolha de primeiríssima linha por várias razões, escolhendo aquilo que lhes parecia ser o mais adequado para o momento, recuperando ideias que o executivo vem defendendo deste há muito e que seriam absolutamente necessárias. Em relação às questões concretas suscitadas pelo vereador Francisco Canudo Sena, o Presidente começou por elucidar face à primeira questão, que as medidas de auto protecção destinavam-se a todos os edifícios públicos que faziam parte duma listagem que inclui escolas, espaços das feiras, pavilhões ou seja, todos os edifícios públicos. Quando ao skatepark, o Presidente indicou que a sua localização havia sido discutida com o Agrupamento de Escolas por ser importante haver uma aceitação de localização deste equipamento por parte do mesmo a fim de que este não viesse a interferir ou a colidir com outras intenções que pudesse haver ao nível de equipamento escolar. Esclareceu que o local não seria móvel, e a instalação do skatepark numa primeira fase não iria colidir com o restante projeto, o qual incluiria um parque de estacionamento de grandes dimensões, um parque para auto caravanas e uma zona ajardinada. Dado que o terreno se encontrava nivelado, não se previam modulações do mesmo que implicassem grandes movimentos de terras, sendo assim possível o desenvolvimento do projeto de forma faseada. Quanto ao posto de turismo móvel, o Presidente informou que não se encontrava instalado há mais tempo por razões de ordem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

operacional, mostrando satisfação face ao interesse que o turismo despertou face a Moura, seguramente, em sua opinião, para visitarem os museus e a arqueologia, realçando que neste dia estaria prevista a visita de 160 pessoas e mais 220 na próxima semana, o que julgava significativo, contribuindo para aquilo que seria a economia do concelho. Quanto à perplexidade demonstrada pelo vereador Francisco Canudo Sena, o Presidente referiu que não veria qualquer motivo para isso, uma vez que só mediante a aprovação da revisão ao orçamento se podia ver desenvolvida qualquer actividade, para concretizar todas as atrás referidas. _____

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes para colocação de algumas questões relativas à proposta de revisão ao Orçamento apresentado, principiando por referir uma questão relativa a um pedido de esclarecimento relacionada com a parte da proposta referente a intervenções em infra-estruturas e equipamentos, em que se incluía a iluminação em espaços e edifícios públicos, questionando quais seriam concretamente os espaços abrangidos por esta proposta de revisão do Orçamento. Referindo-se à modificação ao Orçamento, mais concretamente à parte das despesas correntes em que existia um reforço na sua globalidade de vinte e três mil e quinhentos euros, frisou que o mesmo era feito à custa de uma diminuição na rubrica de água no mesmo montante, contudo, referiu, a sua estranheza teria a ver com o facto do Orçamento proposto à Câmara e à Assembleia que não mereceu aprovação, previa nesta rubrica uma verba na ordem dos 739 mil euros, o orçamento em vigor referente ao ano de 2014, apresentava uma dotação de 653 mil euros, ou seja, diferia em 84 mil euros na dotação relativa ao proposto para o ano de 2015. Aludiu ainda o vereador que ainda assim seria possível reduzi-lo em mais 23.500 euros, pelo que em sua opinião, ou a proposta do Orçamento anterior estava muito inflacionada ou então estar-se-ia a ir buscar dinheiro onde ele não existia. Ainda no uso da palavra o vereador António Gomes questionou, no âmbito das despesas correntes, o reforço de 2.500 euros destinados a instituições sem fins lucrativos, aludindo que pela proposta e pelo descritivo não seria possível verificar quais as instituições a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

abranger pelo que pretendia ser esclarecido. Referiu ainda, que, tendo em conta o que havia sido o Orçamento proposto sobre o assunto para 2015 e que havia sido reprovado, pelo que mencionava três aspectos que lhe causavam alguma estranheza: em “outros trabalhos especializados” estaria a ser actualmente pedido um reforço de verba, contudo, o Orçamento de 2014 que se encontrava em vigor, actualmente teria uma dotação superior à proposta em 2015; na rubrica “outros serviços” passar-se-ia precisamente o mesmo, sendo também pedido um reforço com dotação superior, cerca de 100 mil euros relativamente ao proposto para 2015, verificando-se o mesmo em relação à “aquisição de bens de capital”, na rubrica “outros” que apresentava uma dotação de 128.000 euros e teria na anterior proposta uma de 68.000 euros, que viria a revelar-se que nem os 128 mil euros chegavam e ainda a necessidade de mais 15 mil euros, frisando que estas questões revelavam uma vez mais, que o Orçamento apresentado para o ano de 2015 não iria responder às necessidades de funcionamento da autarquia. -----

-----O Presidente, antes de pedir à Dr^a Maria de Jesus Mendes alguns esclarecimentos sobre questões suscitadas nomeadamente face às oscilações existentes em termos de verbas, quis clarificar alguns pontos, frisando em primeiro lugar a iluminação em termos de espaços públicos ser considerada de forma lacta por a Câmara se encontrar numa fase de apresentação de candidaturas aos fundos comunitários, existindo ainda um projeto não concluído que seria o da iluminação pública e decorativa do Castelo de Moura, não tendo contudo obrigatoriamente que ser esse espaço o alvo de intervenção, dependendo muito daquilo que iria ser a tipologia dos concursos a ser apresentados e das necessidades que a Câmara venha a ter em termos de intervenção direta, em relação às verbas avançadas. Mais mencionou o Presidente que não comentaria um Orçamento que não havia sido aprovado, porque este, simplesmente não existia, sendo que o que se encontrava em discussão era uma proposta de revisão que teria por objectivo alterar o que se encontrava aprovado nessa altura que era o Orçamento de 2014, não existindo por essa razão qualquer documento que merecesse comentários da parte da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara. Frisou que aquilo que se apresentava no documento em “outros” e que estava a ser sistematicamente referido correspondia aos códigos orçamentais que se encontravam nas GOP, pelo que bastaria fazer uma leitura cruzada dessas duas matérias para ter essa leitura. Mais informou o Presidente que, em relação aos 2.500 euros destinados a instituições sem fins lucrativos iria procurar qual o destino concreto da verba em causa.-----

-----Ainda no âmbito do assunto em discussão o vereador António Gomes aludiu não se ter feito entender aquando da referência às discrepâncias nas rubricas de “outros” e “outros trabalhos especializados”, dado que não estaria a questionar a que se destinavam essas verbas, por ser fácil perceber qual o seu destino, referindo tratarem-se de rubricas em que o orçamento actual previa uma verba muito superior àquela que se encontrava na proposta de orçamento para 2015. Em sua opinião, supostamente, a verba proposta anteriormente teria sido suficiente para desenvolver todos estes projectos, constatando-se atualmente que não teria sido suficiente a de 2015, nem seria suficiente a de 2014, sendo ainda necessária mais verba, aludindo ter feito menção a estes factos para evidenciar que o Orçamento apresentado para 2015 não iria responder às necessidades.-----

-----O Presidente da Câmara voltou a frisar que não comentaria um orçamento que não tinha sido aprovado, no entanto deixou claro que a questão seria muito simples, as verbas apresentadas à data de hoje seriam umas, e se as apresentassem daqui a um mês seriam totalmente diferentes, porque o orçamento nunca será uma realidade estática, passando de seguida a palavra à Dr^a Maria de Jesus Mendes. -----

-----Esta começou por referir que a Câmara Municipal estava a trabalhar com o orçamento que até ao dia dois de janeiro de 2015 estaria em função, o orçamento referente ao ano de 2014, pelo que relativamente às verbas, tudo o que ocorreu entre o dia 15 de dezembro, dia em que houve o fecho em termos de aplicação e a segunda proposta de orçamento até ao dia 31 de dezembro, houve alterações em função dos cabimentos, dos compromissos e dos pagamentos, tendo a Câmara ficado com o orçamento ao dia 2 de janeiro, daí a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

alteração na dotação na rubrica do abastecimento de água. A Dr^a Maria de Jesus Mendes explicou o porquê da opção de retirar a verba de 23.500 euros de uma rubrica cuja dotação seria de um milhão e vinte e nove mil euros, porque a Câmara elaborava uma estimativa cuja média de facturação de água em termos de fornecimento oscilava entre 38 e 42.000 euros, sendo feita uma média de mais ou menos doze meses, o que daria cerca de 960.000 euros o que deixaria ainda uma margem pelo que a Câmara constataria que desta rubrica poderiam ser retirados 23.500 euros, o que em princípio não faria grande diferença. Continuou a análise apontando para os valores referentes às empreitadas que se encontrariam em fase final referindo estarem sobrevalorizadas em termos de valores acumulados que poderiam vir a ser aproveitados. Relativamente às verbas destinadas às instituições sem fins lucrativos, essas referiam-se à rubrica do Festival do Peixe do Rio, caso o mesmo se venha a concretizar, acarretando transferências para as entidades participantes as quais dependerão do número das entidades que queiram aderir. Mais aludiu que quanto aos outros trabalhos especializados, muito sucintamente, seria precisamente a mesma coisa, tudo o que a Câmara apresentara, tentando desdobrar em termos das iniciativas previstas em comemorações e eventos que se iria reflectir unicamente na rubrica PPI.-----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para primeiramente agradecer à Dr^a Maria de Jesus Mendes as explicações dadas, sendo que naturalmente algumas delas responderiam às dúvidas por si colocadas, e as demais viriam ao encontro daquilo que o próprio compreenderia que teriam de ser tratadas. Contudo, aludiu, havia uma ilação que os vereadores do Partido Socialista não poderiam deixar de retirar e que em nada colidia com a explicação dada, e que o Presidente poderia entender não fazer sentido, contudo o faria para os vereadores e que teria a ver com o facto de que efectivamente se verificava que, se o orçamento de 2015 estivesse em vigor, as verbas também não se mostrariam suficientes e não se ajustariam ao desenvolvimento de todos os projetos, daí que os vereadores tenham

10



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

constatado face às alterações actualmente solicitadas, o mesmo ser insuficiente e inadequando face às necessidades. _____

_____ **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO EM VIGOR PARA O ANO DE 2015 E SUBMETTER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** _____

_____ **DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO** _____

_____ **PROPOSTA DE APOIO ÀS ESTUDANTINAS** _____

_____ **DOC.03/04**

_____ Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de mil euros à Junta de Freguesia de Amareleja, no âmbito da realização do desfile de Estudantinas de Carnaval. _____

_____ **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UMA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO VALOR DE MIL EUROS À JUNTA DE FREGUESIA DE AMARELEJA, DESTINADA À REALIZAÇÃO DO DESFILE DE ESTUDANTINAS DE CARNAVAL.** _____

_____ **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA** _____

_____ **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE - DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA O PRÉDIO SITO NA ESTRADA DO MATADOURO, N.º 4-B, EM MOURA - REQUERENTE: CARLOS MANUEL RAMOS PINTO** _____

_____ **DOC.04/04**

_____ A requerimento de Carlos Manuel Ramos Pinto foi presente informação nº 121, datada de 05/02/2015 da DPAU, em que se coloca à consideração superior a possibilidade do exercício do direito de preferência na venda do prédio urbano, localizado na Rua do Matadouro, nº 4B da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em Moura pelo valor de quarenta mil euros. _____

11



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE, NO SENTIDO DA CÂMARA NÃO EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA COMPRA DO PRÉDIO URBANO, LOCALIZADO NA RUA DO MATADOURO, Nº 4B DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA PELO VALOR QUARENTA MIL EUROS.-----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram onze horas e quarenta minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 20 de fevereiro de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____